



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Relação Movimentos Sociais e Intelectuais na Formação Política de Temática Espacial			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Guilherme J. A. L. Marques¹	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro	IPPUR / UFRJ	Doutorando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
Políticas ou projetos de formação política e teórica passaram a ser parte fundamental das estratégias de ação de diversos movimentos sociais brasileiros nesse início de século XXI. Em um momento de refluxo das grandes mobilizações de massa e de extrema fragmentação das lutas e movimentos sociais, seminários, cursos, debates são pensados como espaços e momentos que proporcionam o fortalecimento dos laços organizativos, troca de experiências e mesmo política de alianças. Os movimentos utilizam esses espaços também para construir ou aprofundar relações com o campo intelectual e mais especificamente com o campo acadêmico. Este trabalho pretende refletir sobre como são selecionados os intelectuais que participam desses cursos. São suas posições no campo acadêmico ou suas inserções no campo político que influenciam nessas escolhas? Busca-se ainda analisar mais especificamente as atividades de formação entre os movimentos sociais urbanos e como se dão essas escolhas nos cursos voltados para temáticas espaciais (questão urbana, história da cidade, questão agrária etc). Essa reflexão terá como base a experiência do autor em trabalhos de formação com movimentos comunitários, de favelas e de luta por moradia no Rio de Janeiro, assim como com movimentos da Via Campesina.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Movimentos sociais urbanos, intelectuais, formação política			

Busco aqui identificar algumas particularidades sobre o trabalho de formação política entre os movimentos sociais urbanos. O foco é a relação desses movimentos com as universidades, universitários e intelectuais. Três questões principais norteiam o trabalho:

1) Em meio a conjuntura atual de refluxo das grandes mobilizações de massa e vivendo um momento de fragmentação/reorganização da esquerda e dos movimentos e lutas sociais, qual o papel que os cursos e atividades de formação política e teórica têm para os movimentos sociais?

2) Existem particularidades no trabalho de formação política e teórica dos movimentos sociais urbanos (quando comparados a outros movimentos sociais e especificamente aos movimentos de luta no campo) que sejam significativas?

3) Quando os movimentos sociais urbanos organizam sua formação, existem particularidades nas atividades voltadas mais especificamente para a temática espacial, territorial, como aquelas relacionadas com a questão urbana, políticas habitacionais, processo de urbanização, história da cidade etc?

¹ Mestre e Doutorando em Planejamento Urbano e Regional do IPPUR/UFRJ e Pesquisador do ETERN/IPPUR/UFRJ. Email: soninhoguilherme@yahoo.com.br
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7013361769693647>

A reflexão apresentada aqui, acerca das três questões citadas, é fruto de alguns anos de pesquisa e de atuação junto aos movimentos sociais urbanos. Mestre e doutorando pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional IPPUR/UFRJ, venho pesquisando esse tema e, como fruto da proximidade adquirida em anos de pesquisa de campo, venho participando de inúmeras iniciativas na área de formação política de movimentos sociais urbanos e rurais. Combinando o trabalho acadêmico com a participação em lutas pelas reformas agrária e urbana, tive também a oportunidade de vivenciar a ação desses movimentos e acompanhar reuniões, manifestações, ocupações, congressos e encontros, além de atividades e cursos de formação com as mais variadas características e organizados por diferentes atores sociais.

Esse trabalho é também fruto de uma reflexão coletiva sobre a relação entre movimentos sociais e universidade, reflexão essa que gerou uma mesa apresentada nesse ano no Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional. Essa mesa era composta por 6 (seis) trabalhos, 3 (três) deles com olhares mais voltados para movimentos de luta no campo e 3 (três) sobre movimentos urbanos (que compõe esta mesa neste nosso Encontro). Entre os pesquisadores há em comum uma trajetória militante e acadêmica que por muitas vezes se cruzou e que, nos últimos anos, têm se encontrado em cursos de formação realizados por movimentos sociais em conjunto com universidades. O curso Energia e Sociedade, organizado em parceria entre o Movimento de Atingidos por Barragens MAB e o IPPUR/UFRJ, é o melhor exemplo desse encontro: 5 (cinco) dos pesquisadores que vêm elaborando conjuntamente sobre o tema atuam nesse curso como orientadores.

O curto texto que segue reproduz minha intervenção nessa mesa. Não pretende, portanto, abordar mais do que uma pequena e específica parte de um debate mais amplo sobre a relação entre movimentos sociais e universidades ou intelectuais. Não é um texto que busca aprofundar teoricamente essa relação, nem é fruto de uma pesquisa específica sobre o tema. É uma reflexão baseada, em grande medida, na experiência pessoal do autor na atuação em cursos de formação, na análise sobre as práticas dos movimentos sociais urbanos e uma pequena contribuição a uma reflexão coletiva sobre o tema. Por essas razões, tento utilizar aqui uma linguagem informal, bastante diferente da típica escrita acadêmica.

Cabe ainda esclarecer que chamo de movimentos sociais urbanos aqueles movimentos que organizam ações coletivas e que têm a cidade como arena e objeto de suas lutas. Muitos movimentos atuam nas cidades, porém, alguns têm os processos de urbanização (aí incluídas as políticas habitacionais, os serviços e equipamentos urbanos, as leis urbanísticas, os impactos sociais ou ambientais de grandes obras etc) como motivo e foco de suas ações e políticas. São esses que chamo de movimentos sociais urbanos. Cabe advertir ainda que nesse texto me refiro

especificamente aos movimentos sociais urbanos com foco na moradia no Rio de Janeiro e a uma observação de suas práticas durante os anos mais recentes, da primeira década do século XXI.

A formação política e a conjuntura atual das lutas sociais

É recorrente a leitura que sugere que em momentos de refluxo das grandes mobilizações de massa, os movimentos e/ou partidos de esquerda devem aproveitar para fortalecer sua organização interna e, para tal, devem fazer um forte trabalho de formação política, ideológica ou teórica com seus militantes. Essa é uma leitura que se baseia nos escritos de Lenin e, no caso do Brasil atual, foi o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem terra) quem primeiro analisou assim a conjuntura. O MST já vem, há alguns anos, trabalhando com essa ideia que, hoje, passou a ser também incorporada pelos movimentos sociais urbanos.

Para exemplificar, lembro que no último seminário nacional de formação do MNLM (Movimento Nacional de Luta por Moradia) - do qual participei compondo uma mesa sobre megaeventos - logo no primeiro dia esse debate apareceu. Ao final do primeiro dia de seminário, o Movimento já discutia e anunciava que outros cursos viriam, pois no momento atual seria prioritário trabalhar formação/organização.

Antes de continuar, gostaria de explicitar também o que venho chamando aqui de período de refluxo de grandes mobilizações de massa e de fragmentação/reorganização da esquerda e dos movimentos e lutas sociais. Em primeiro lugar, devo dizer que essas são categorias e análises nativas, como elaboradas pelos próprios movimentos sociais. Em segundo lugar, quero dizer também que, tanto as reflexões de cunho mais acadêmicas quanto aquelas mais políticas, quando falam em refluxo das mobilizações ou na fragmentação da esquerda e dos movimentos, parecem estar implicitamente fazendo uma comparação com o período imediatamente anterior da nossa história. Período que compreende os fins dos anos 1970, a décadas de 1980 e os primeiros anos da década de 1990. Foram anos em que os movimentos sociais – urbanos e rurais -, o movimento sindical e os partidos de esquerda viveram momentos de grandes lutas, gigantescas mobilizações e no qual foram criadas grandes entidades nacionais que representavam essas lutas e elaborações políticas. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Partido dos Trabalhadores (PT) são exemplos que se somam às entidades dos movimentos sociais urbanos, como a Central de Movimentos Populares (CMP) e o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM).

É a comparação com esse período de grandes mobilizações e de organização das grandes entidades nacionais dos movimentos que leva a falarmos, hoje, de uma conjuntura de refluxo e fragmentação. E, como esse momento seria de aproveitar para fazer formação, essa formação visa

muito mais do que a formação política estrito sensu. Assim, os cursos, seminários e atividades de formação são vistos como espaços e momentos capazes de articular uma série de objetivos.

A formação possibilita um espaço e um momento para o fortalecimento das identidades do movimento. Favorece o fortalecimento de um sentimento de pertencimento ao movimento, sentimento de “pertença” como a gente ouve falar, principalmente no MST. É um momento no qual os militantes se encontram, as pessoas se conhecem, e é concebido de forma a estimular a organicidade e a identidade dos participantes com o movimento. Alguns cursos são nacionais e propiciam que, durante as “etapas” do “tempo escola”, militantes de diversas partes do país e de diferentes frentes de atuação se encontrem, criem laços afetivos, políticos, troquem informações, contatos etc. Outros são estaduais e colaboram para que militantes que já se conhecem convivam mais, discutam conjuntamente suas ações etc. Esse espaço e momento de encontro é visto como fundamental para desenvolver identidades comuns entre militantes de um mesmo movimento social, militantes que normalmente não se encontram no dia a dia, já que esses não são movimentos que têm uma base restrita a uma única localização, como, por exemplo, um centro acadêmico ou alguns sindicatos.

As atividades e cursos de formação são espaços e momentos em que se aproveita para discutir as formas organizativas, a participação nos núcleos de base, o funcionamento das instâncias do movimento etc. Além de estimular a identidade comum, os espaços de formação são vistos, então, como importantes para estimular a organicidade do movimento. É comum que, em uma área onde o movimento está mais desorganizado, ou com relação a um grupo de militantes que esteja um pouco mais distante do dia a dia de determinado movimento, a ação para “resolver” o problema seja um curso de formação.

Um bom exemplo, que acredito ser algo típico desse momento de refluxo das grandes mobilizações de massa, e que já presenciei diversas vezes, é a seguinte fala de dirigentes e militantes de diferentes movimentos: “o pessoal lá não sei de onde está muito desorganizado, vocês tem que fazer um curso de formação política lá”; ou: “a luta está muito fraca por aqui, vamos fazer um curso, ou um seminário e ver se juntamos e animamos uma galera boa...”; e outras vezes: “vamos ver se com esse curso a gente forma um time bom pra encarar a luta lá...”. A formação é vista como parte da luta, como parte da organização. É o curso ou processo de formação sendo pensado também para dar respostas às dificuldades da luta cotidiana, ao trabalho de massa, às necessidades organizativas.

No caso do exemplo citado, quando se fala em “animar uma galera” ou “formar um time bom”, essa galera, esse time, não é necessariamente composto só por militantes do movimento. Por isso, os cursos e atividades de formação são vistos também como suportes para “atividades de massa”. Os cursos são, assim, oportunidades para aproximar ou organizar pessoas com quem o

movimento vem se relacionando. É a criação de um ambiente que favorece a constituição de identidades comuns, a discussão sobre a organização e a política do movimento e, portanto, propício para organizar pessoas novas, ampliar a influência política e fortalecer o trabalho de massa e de base.

Além dos aspectos citados, mais voltados para o fortalecimento interno da organização ou para aproximação de novos militantes, a formação política é vista também como oportunidade para estabelecer ou fortalecer relações e alianças políticas. Essas alianças construídas nos processos de formação se dão, em primeiro lugar, com os intelectuais que são convidados a colaborar com os processos de formação, tanto ministrando cursos, como orientando trabalhos ou participando de debates.

Os movimentos sociais estabelecem alianças e relações políticas com intelectuais das universidades, de ONGs, de partidos políticos de esquerda e inclusive intelectuais do Estado. A relação que os movimentos estabelecem ou fortalecem com intelectuais das universidades é, muitas vezes, precedida por relações anteriores, fruto de uma pesquisa acadêmica sobre lutas e movimentos sociais ou por atuação conjunta com professores e estudantes em determinadas campanhas, fóruns de luta etc. Algumas vezes, essas relações se desdobram em relações institucionais com as universidades, especialmente as públicas. Nesses casos, os movimentos vêm desenvolvendo parcerias que resultam em cursos nas universidades, como é o caso do curso do MAB com o IPPUR/UFRJ, já citado, e de diversas outras experiências que vêm sendo realizadas pelo MST e seus parceiros nas universidades. São cursos formais, de graduação, de extensão, pós-graduações, além de diversos cursos informais realizados nas próprias universidades ou em espaços do movimento social, como a Escola Nacional Florestan Fernandes, em SP.

Além dos intelectuais das universidades, os movimentos sociais também realizam cursos que fortalecem suas relações com intelectuais ligados a ONGs, partidos políticos e mesmo de outros movimentos. Intelectuais com atuação nas diferentes esferas e níveis do Estado – em secretarias municipais, estatais, órgãos técnicos etc - também são eventualmente chamados para colaborar em atividades de formação. Dessa forma, os movimentos buscam estender suas relações políticas e construir laços que possam facilitar negociações, interlocuções, obtenção de apoio político, técnico ou financeiro para suas causas, além de influenciar pessoas que podem ser importantes ao tomarem decisões que interferem na política local, nacional ou em temas importantes para os movimentos e suas lutas.

Os cursos de formação são também espaços ou momentos para fazer alianças com outros movimentos sociais. Há desde cursos de um determinado movimento, no qual militantes de outros movimentos são chamados a participar, cursos de um movimento no qual outros movimentos se incorporam, até cursos elaborados conjuntamente entre diversos movimentos. Os cursos de

movimentos que fazem parte da Via Campesina no Brasil são o melhor exemplo dessa integração. Seja de quem for a iniciativa do curso (do MST, do MAB etc), sempre são chamados militantes dos outros movimentos que compõe a Via, inclusive movimentos sociais de outros países e movimentos brasileiros com quem atuam conjuntamente, em espaços como a Assembleia Popular e a Plenária de Movimentos Sociais RJ. Esses movimentos são chamados também a se apresentar, trazer suas bandeiras, distribuir seus materiais e realizar suas místicas, além de compor conjuntamente as comissões político-pedagógicas (coordenação) dos cursos ou seminários, dividindo tarefas e decisões.

Os cursos de formação são também um espaço/momento que possibilita estimular o estudo formal, a obtenção de diplomas. Dado que boa parte da base social dos movimentos sociais no Brasil é muito pobre e de baixa escolaridade, e que a rede educacional brasileira é tantas vezes reprodutora dessa desigualdade, criar oportunidades educacionais especificamente voltadas para os de baixo é uma estratégia que ajuda a enfrentar esse grave problema social.

Os cursos de formação são, portanto, muito mais do que cursos de formação. São formas de ação política visando fortalecer os movimentos. Criam espaços e momentos que colaboram para criar identidades comuns, maior organicidade, para ganhar novos militantes e para estreitar laços políticos e alianças com outros movimentos e com intelectuais de universidades, ONGs, partidos políticos e do Estado, além de propiciar o acesso à educação formal de seus militantes e de suas bases sociais. Por isso, em uma conjuntura de refluxo das grandes mobilizações de massa, os movimentos sociais vêm apostando tanto nessa forma de ação. Forma de ação de múltiplas funções e que parece efetivamente contribuir para o fortalecimento dos movimentos e de suas influências política e social.

Particularidades da formação entre os movimentos sociais urbanos

Olhando mais especificamente para os movimentos sociais urbanos, percebe-se que, diferentemente dos movimentos sociais rurais, esses quase nunca organizam cursos de longa e média duração, como os cursos típicos do MST ou do MAB (cursos de dois anos ou mais, com etapas de encontros que duram semanas ou meses). Na maioria das vezes, os processos de formação entre os movimentos urbanos se dá em atividades ou seminários de curta duração. Os cursos são realizados nos finais de semana e mais raramente há cursos nacionais. As diferenças nas relações de trabalho entre acampados e assentados rurais de um lado, e trabalhadores pobres das cidades de outro, é uma possível explicação para tal situação. Outra explicação possível é uma maior fragilidade organizativa dos movimentos urbanos, já que a organização de longos cursos nacionais exige um rígido planejamento, longas viagens, estrutura para passar meses fora de casa, além de

uma organização capaz de substituir esses militantes em suas tarefas com o movimento nos seus locais de origem ou ação.

São poucos também os cursos de educação formal organizados por movimentos sociais urbanos, se comparados com aqueles realizados pelos movimentos rurais no Brasil. Esse fato talvez seja expressão de relações menos constituídas com intelectuais das universidades e com as universidades propriamente. A carência de ofertas educacionais no campo e, assim, um maior sentimento de necessidade de investir politicamente em educação formal pode ser também uma explicação pra essa diferença.

Entre as atividades de formação promovidas por movimentos sociais urbanos, destacam-se as atividades organizadas conjuntamente aos fóruns e campanhas que esses movimentos participam. Por exemplo: os movimentos sociais urbanos vão fazer uma campanha para a organização de uma atividade como foi o Fórum Social Urbano em 2010, uma campanha contra a utilização do Caveirão nas favelas ou contra as remoções em nome de megaeventos como a Copa do Mundo de Futebol ou as Olimpíadas. Prepara-se então um seminário de formação para o Fórum Social Urbano, para a Campanha contra o Caveirão ou Contra as Remoções. Essas atividades de formação são, portanto, dessa campanha, tendo a frente os movimentos urbanos e seus aliados. Essa realidade talvez seja expressão também de uma maior dificuldade organizativa desses movimentos e da conjuntura de fragmentação da esquerda e dos movimentos e lutas sociais, fragmentação essa que parece ser mais marcante para os movimentos urbanos do que para os rurais. Afinal, em cada uma dessas lutas (por exemplo, contra as remoções) atuam militantes de diferentes grupos e movimentos, o que sugere que atividades conjuntas de formação podem potencializar e unificar mais essas lutas do que aquelas feitas isoladamente por cada grupo.

Outra particularidade da formação entre os movimentos urbanos é a realização desses processos juntamente com plenárias e/ou encontros políticos dos movimentos. Desta forma, se ocorrerá, por exemplo, um Encontro Estadual ou Municipal do MNLM, eles organizam esse encontro em um final de semana prolongado, utilizando 2 (dois) dias para atividades de formação e outros 2 (dois) para a realização do Encontro. Nesses casos, não é o curso de formação que propicia o encontro e a reunião política, mas a reunião política que propicia a atividade de formação.

Ações programadas e consideradas importantes, como uma manifestação ou uma ocupação, também são motivos para os movimentos sociais urbanos organizarem atividades de formação política. As atividades de formação cumprem, nesses casos, papel de ajuda na mobilização (por exemplo, quando se realiza um debate em uma comunidade ameaçada de remoção dias antes de uma manifestação de rua), ou ajudam no fortalecimento de identidades comuns, no sentimento de pertencimento e no fortalecimento da organização interna, quando, por exemplo, se faz um

seminário ou curso de formação para as famílias que participarão de uma determinada ocupação de um prédio ou terreno abandonado.

Outra característica da formação entre os movimentos sociais urbanos é a realização de atividades conforme as oportunidades materiais existentes e/ou conforme são propostos por ONGS ou por grupos universitários. A primeira vista, essa característica indicaria uma menor autonomia desses movimentos na hora de pensar no seu trabalho de formação. Mais à frente, porém, pretendo problematizar melhor essas situações.

A escolha dos intelectuais (de universidades, ONGs etc) que atuarão como facilitadores, professores, monitores nos cursos e atividades de formação dos movimentos sociais urbanos parece ter como critério principal a relação estabelecida com essas pessoas, relações normalmente pré-existentes. São escolhas ligadas às relações políticas de confiança construídas na ação conjunta em fóruns ou campanhas. Então, escolhe-se quem vai dar um curso em função da relação política anteriormente constituída.

A situação de crise, de fragmentação e de reorganização da esquerda é uma possível explicação para que a posição partidária não seja um aspecto tão relevante nessas escolhas, como parece que eram em alguns momentos anteriores da história. Entre os intelectuais convidados por movimentos sociais urbanos para seus cursos de formação, algumas posições teóricas, tão caras na disputa do poder simbólico, também não parecem determinantes para esses movimentos. A identidade e o compromisso político com determinadas lutas é mais importante nessas escolhas do que o posicionamento teórico e as filiações às diferentes correntes de pensamento. De certa forma, percebe-se uma visão utilitária da teoria em favorecimento da política, o que também pode ser lido como uma primazia da prática sobre a teoria. De qualquer forma, essa metodologia de escolha gera, eventualmente, contradições no processo de formação. Essas contradições assumem maior ou menor relevância conforme a capacidade política, organizativa e de ação dos movimentos que organizam essas atividades e o objetivo dessas.

Ao comparar com os movimentos rurais, os movimentos sociais urbanos organizam poucos cursos com temáticas mais gerais, história das lutas, marxismo, socialismo etc. A maioria das atividades discute temas mais ligados às lutas do dia a dia, à política urbana, habitacional, direitos humanos, justiça ambiental etc. Essa característica do trabalho de formação facilita a relação com intelectuais que participam de fóruns comuns (por exemplo, da PMS-RJ ou do comitê Popular da Copa e Olimpíadas RJ), de ONGs e sindicatos que também atuam nesses fóruns e de intelectuais que ocupam espaços no Estado, especialmente aqueles que atuam em órgãos como o Instituto de Terras e Cartografia do Rio de Janeiro - ITERJ, no Ministério e Defensoria Pública etc.

Esses intelectuais costumam ser chamados para falar sobre sua área e políticas de ação; além do conhecimento específico, essas escolhas sugerem que os cursos de formação são usados também

para criar laços e influências junto aos setores do Estado e de entidades, como ONGs e sindicatos, consideradas importantes pelos movimentos.

A formação voltada para a temática espacial e de políticas governamentais

As temáticas espaciais são aquelas que permitem aos movimentos convidar de forma mais ampla os pesquisadores, membros de ONGs, do Estado, em comparação com as temáticas vistas como mais políticas, como análise de conjuntura, história dos movimentos sociais e estratégias de luta. Para esses temas considerados “mais políticos”, os movimentos escolhem pessoas com quem eles têm uma relação de confiança, com muitos anos de militância e com maior afinidade política e ideológica.

Talvez por serem vistas como temáticas “mais técnicas”, as atividades de formação que abordam os processos de urbanização, as políticas habitacionais, ambientais, leis e projetos urbanos, entre outros ligados a temática espacial ou territorial, permitem aos movimentos urbanos construir, através das atividades de formação, relações com intelectuais que não são aqueles com quem já têm uma relação mais próxima e pré-estabelecida. Nesses casos, os movimentos convidam pessoas que querem conhecer, outros que consideram saber muito sobre um tema específico. Convidam intelectuais ligados ao Estado, que possam apresentar detalhadamente projetos ou políticas governamentais específicas de interesse do movimento. Chamam também os intelectuais que acreditam ser mais conhecidos e por isso possam facilitar a divulgação e mobilização para o curso ou debate, e ainda aqueles que consideram importantes por poderem vir, de alguma forma, a colaborar com o movimento e suas lutas.

Esses debates são, então, muitas vezes aqueles que justificam a obtenção de recursos e/ou o uso de espaços públicos ou de outras entidades para a atividade. São também as atividades de formação com temas espaciais que costumam servir para convidar pessoas novas, militantes de outros movimentos e aqueles “amigos” que atuam juntos em fóruns e campanhas, pois propiciam atividades “mais abertas” do que outras consideradas “mais internas” ou “mais estratégicas”.

Também por esse motivo, nas atividades com essas temáticas, a posição do intelectual no campo intelectual pode ser um fator importante, pois isso justifica a obtenção de recursos, espaço e divulgação. Já para os debates considerados “mais políticos” ou de caráter “mais interno”, a posição dos intelectuais no campo intelectual parece ter menos importância, valendo mais a relação política pré-existente. Como exemplo, cito minha experiência pessoal: quando vou participar dessas atividades, nos debates com temas mais ligados a questão espacial, eu sou apresentado como o pesquisador do IPPUR, já nos debates sobre conjuntura, estratégias de luta etc, eu sou apresentado como militante e amigo do movimento.

Especificamente sobre a obtenção de recursos e apoio material, seja através de convênios ou projetos, tanto com o poder público quanto com ONGs, sindicatos etc, uma atividade de formação considerada mais técnica, mais ligada à discussão de políticas públicas e cidadania costuma ter mais facilidade para obtenção desse apoio do que as atividades vistas como mais políticas ou ideológicas. A participação de intelectuais com maior peso no campo intelectual, como professores doutores de universidades importantes, mais famosos no campo acadêmico, também facilita a aprovação desses projetos ou convênios.

Em alguns casos, os movimentos sociais urbanos realizam, então, atividades de formação consideradas mais técnicas, com professores de maior peso no campo intelectual, mais abertas às pessoas de fora do movimento. Ao mesmo tempo, aproveitam essas atividades para fazer também suas reuniões paralelamente ou nos dias seguintes, aproveitando, por exemplo, a estrutura para deslocamento e realizam suas atividades mais “políticas ou internas”, que seriam muito difíceis de serem realizadas sem essas condições.

Provocações e considerações finais

As atividades e cursos de formação devem ser vistos hoje como muito mais do que atividades exclusivamente de formação teórica. Em uma conjuntura de refluxo das grandes mobilizações de massa e de fragmentação da esquerda, essas atividades são fundamentais hoje na ação política dos movimentos sociais, tendo papel relevante na construção de identidades comuns, na organicidade, na aproximação de novos militantes, na política de aliança com outros movimentos e entidades, com intelectuais e com as universidades.

Entre os movimentos sociais urbanos, as atividades de formação costumam ser de curta duração, há poucos cursos de educação formal, e muitas iniciativas são conjuntas com outros movimentos, grupos universitários, ONGs ou organizadas por fóruns e campanhas que os MSUs participam. As temáticas dessas atividades de formação costumam ser mais ligadas ao dia a dia dos movimentos e suas lutas, sendo menos comuns os cursos de temáticas mais gerais, como vistos nos movimentos sociais rurais.

Essas particularidades podem ser interpretadas como expressões de uma menor autonomia política desses movimentos com relações a grupos externos (ONGs e grupos universitários, por exemplo). A ocorrência menor de cursos de temáticas mais gerais também pode ser interpretada como expressões de lutas mais imediatistas, menos politizadas e mesmo mais reformistas ou menos capazes de uma crítica mais profunda ao sistema capitalista, governos etc.

Os debates e cursos de formação que apresentam temáticas mais voltadas para a questão espacial ou territorial costumam ser vistos como mais “técnicos”. A realização de debates com essas

temáticas, além de ser parte da formação que os movimentos fazem com objetivo de potencializar suas lutas cotidianas, são importantes também para suas estratégias de obtenção de apoio material, através de convênios e projetos, e para divulgação de seus cursos. A posição nos campos acadêmico e intelectual dos intelectuais convidados a participar dessas atividades é mais importante do que nos debates considerados mais políticos ou internos (onde a relação política e de confiança é o critério principal). Nomes mais famosos ou importantes nas estruturas acadêmicas facilitam a aprovação dos projetos ou convênios, além de ajudarem na mobilização e divulgação das atividades.

Por tudo que já foi dito, a importância e o papel da “formação” para os movimentos sociais hoje, e as estratégias que esses utilizam para que essas atividades cumpram inúmeras funções políticas, exigem uma análise mais atenta do que as costumeiras sobre esse tema. Exemplo: um pequeno movimento, com poucos militantes e sem grande capacidade de mobilização e meios de divulgação de suas lutas, realiza em conjunto com uma ONG ou um grupo universitário uma série de debates. Os temas são as UPPs, os impactos dos megaeventos em uma determinada comunidade e/ou o programa federal “Minha Casa, Minha Vida” na cidade do Rio de Janeiro. Convidam para cada uma dessas atividades um professor titular de uma grande universidade ou um parlamentar famoso. Pode-se ver nesse exemplo uma prática particularista e imediatista e uma reduzida autonomia política desse movimento social. Pode-se ver também, por outro lado, uma eficiente estratégia para realização de um trabalho de formação política, com a obtenção do necessário apoio material, uma ampla divulgação capaz de mobilizar mais pessoas do que aquelas que já conhecem ou atuam no movimento, além da possibilidade de usar essas atividades para estreitar laços de alianças, tanto com outros movimentos que tenham interesse nesses temas ou referência nesses professores ou parlamentares, quanto com esses intelectuais e seus grupos acadêmicos ou políticos.

Com o exemplo acima, busco questionar uma visão que costuma ver, em todos os casos, os movimentos sociais sendo “usados” por ONGs ou por intelectuais e seus grupos políticos. Segundo essa visão, “os de baixo” são sempre “massa de manobra”, influenciados e dirigidos por grupos externos. Sem querer negar que isso de fato aconteça, gostaria, a partir dessa reflexão, de propor que as estratégias dos movimentos sociais e as formas que eles “usam” as ONGs, os grupos universitários e os intelectuais também sejam objeto de análise teórica e política.

Por fim, cabe lembrar que muito já se discutiu sobre como os intelectuais e pesquisadores “usam” os movimentos sociais apenas como um objeto de pesquisa, e como essas pesquisas “servem” para suas carreiras acadêmicas. Ao que parece, no entanto, os movimentos sociais também vêm aprendendo a “usar” os pesquisadores, os intelectuais, de forma que esses “sirvam” também às suas diferentes estratégias políticas. Dessa forma, pode-se ver os movimentos sociais como atores ativos, portadores de estratégias políticas próprias, mesmo que vivendo em meio a uma conjuntura desfavorável, de refluxo e fragmentação política. E estudar as atividades de formação

promovidas pelos movimentos sociais nos dias de hoje parece ser um caminho muito propício para essa reflexão.